

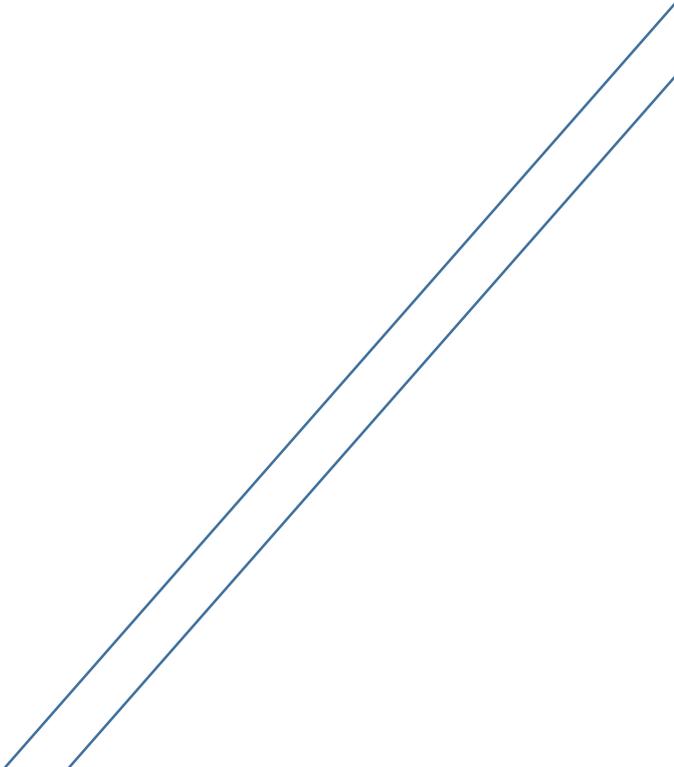


MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

DIRECÇÃO NACIONAL DO PLANEAMENTO

Serviço de Prospetiva, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas

III Trimestre de 2021



Ficha Técnica

Ministério das Finanças

Direção Nacional do Planeamento

Serviço de Prospetiva, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas

Diretor Nacional

Gilson Pina, PhD

Diretor de Serviço:

Jailson Oliveira, PhD

Técnicos:

Carlos José Bentub

Edmilson da Silva Lopes

José Félix Delgado

Editor

Ministério das Finanças

Serviço de Prospetiva, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas

Avenida Amílcar Cabral, CP 30 – Praia

Tel. +238 260 7529

República de Cabo Verde

ÍNDICE

I. CONTEXTO EXTERNO.....	7
II. CONJUNTURA ECONÓMICA NACIONAL	- 2 -
II.1. SETOR REAL	- 2 -
II.2. SETOR EXTERNO	- 5 -
II.3. FINANÇAS PÚBLICAS.....	- 7 -
II.4. SETOR MONETÁRIO.....	- 11 -

TABELAS

Tabela 1	Perspetiva para a Economia Mundial
Tabela 2	Movimentação de Passageiros
Tabela 3	Evolução das Despesas por Funções do Estado

GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução do Indicador de Sentimento Económico (EU e EA)
Gráfico 2	Evolução da Taxa de Inflação e Desemprego
Gráfico 3	Evolução do Índice de Preços de Combustíveis
Gráfico 5	Evolução do Índice de Preços de Produtos Alimentares
Gráfico 5	PIB Real na Ótica da Oferta
Gráfico 6	PIB Real na Ótica da Demanda
Gráfico 7	Indicador de Clima Económico e Confiança no Consumidor (VE-MM3)
Gráfico 8	Evolução das Taxas de Inflação
Gráfico 9	Evolução do Comércio Externo (Em Milhões de CVE)
Gráfico 10	Evolução do índice de Preço do Comércio Externo
Gráfico 11	Evolução da Taxa de Câmbio
Gráfico 12	Evolução do Saldo Global
Gráfico 13	Contribuição para o Crescimento da Receita Total e dos Impostos
Gráfico 14	Contribuição para o Crescimento da Despesa
Gráfico 15	Evolução da Dívida Pública
Gráfico 16	Evolução dos Indicadores Monetários e Financeiros
Gráfico 17	Evolução das Taxas de Juros Ativas e Passivas

Lista Siglas e Abreviaturas

BCE	Banco Central Europeu
BCV	Banco de Cabo Verde
DGA	Direção Geral das Alfândegas
DNP	Direção Nacional de Planeamento
EA	Euro Área
EU/UE	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FED	Federal Reserve System
FMI	Fundo Monetário Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
MF	Ministério das Finanças
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
SPAME	Serviço de Prospetiva, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas
WEO	World Economic Outlook

Nota Previa

O Boletim de Acompanhamento Macroeconómico e Estatística trimestral é um documento produzido pela Direção Nacional de Planeamento do Ministério das Finanças que traz um conjunto de informações estatísticas e indicadores que possibilitam um acompanhamento dinâmico da realidade macroeconómica nacional e internacional.

A análise da conjuntura nacional não pode ser feita de uma forma isolada, uma vez que, a economia cabo-verdiana é fortemente dependente dos choques externos/exógenas. Neste sentido são analisadas a performance económica dos principais parceiros comerciais do país e dos principais blocos económicos. No mesmo âmbito são, também, analisadas a evolução dos preços internacionais das *commodities*, enfatizando as matérias-primas energéticas e alimentares.

Internamente, foi destacado a performance das variáveis macroeconómicas como o PIB, a inflação, as importações e exportações do país e os principais indicadores do setor monetário, dados esses fornecidos pelo Banco Central de Cabo Verde (BCV), pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e pela Direção Geral das Alfândegas (DGA). Analogamente visa analisar o comportamento das finanças públicas uma vez que esta deverá orientar-se pela tenacidade duma gestão prudente, em harmonia com a política global de estabilidade macroeconómica para um crescimento sustentável.

Sumário

No 3º trimestre, a dinâmica da atividade económica mundial foi mais lenta do que registada nos primeiros seis meses do ano. As tendências de crescimento continuam desiguais entre as diversas regiões, com gaps na produção e/ou emprego, ante a ressurgências de novas variantes do vírus (variante Delta). Nos principais parceiros económicos de Cabo Verde, além da melhoria verificada na produção, também houve incrementos positivos no mercado de trabalho. Entretanto, os níveis de preços, devido ao persistente problema de estrangulamento de oferta, continuam a aumentar.

A nível interno, a economia dá sinais de recuperação, apesar de situar-se abaixo dos valores registados no período pré-crise. Os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) mostram que no 2º trimestre de 2021 o PIB cresceu 30,8%. Do lado da oferta, este resultado advém essencialmente dos contributos do setor terciário (+27,4%) e secundário (+46,1%), particularmente dos ramos dos Transportes (+142,1%), do Comércio (+40,4%), da Construção (+67,3%) e da Indústria Transformadora (+40,6%), Imobiliária e outros serviços (+26,8%) e da Administração Pública (+15,0%). Na ótica da demanda, esse resultado deriva da performance positiva das exportações (+69,3%), dos investimentos (+47,9%) e das despesas de consumo final (+10,7%).

Os dados de conjuntura económica apontam para a contínua tendência de recuperação da atividade económica, ainda que gradual, no 3º trimestre de 2021. De acordo com o indicador de clima económico o ritmo de crescimento económico acelerou no período, revelando o clima de negócios como favorável para os empresários. Por outro lado, o indicador de confiança no consumidor contraiu a tendência ascendente dos últimos trimestres, realçando o receio das famílias cabo-verdianas numa rápida recuperação económica. Entretanto, o indicador evoluiu positivamente face ao trimestre homólogo de 2020.

As pressões inflacionistas começam a crescer, tendo a inflação média anual situado em 0,7% no 3º trimestre, derivado sobretudo ao comportamento dos preços de produtos energéticos nos mercados internacionais. Da mesma forma, os preços de Transportes, Bebidas Alcoólicas e Tabaco, Acessórios e Equipamentos Domésticos e Manutenção da Habitação, Bens Energéticos e Vestuário e calçado evoluíram positivamente. Em sentido inverso, os preços dos serviços da saúde e ensino e dos bens e serviços diversos, contribuíram negativamente para o aumento do preço. A inflação subjacente mostra que existe uma pressão de demanda, estando em linha com o aumento do ritmo da atividade económica.

Nas contas externas, os dados da Direção Geral das Alfandegas mostram que, no 3º trimestre de 2021, a balança comercial de bens deteriorou em 1,5 %, refletindo o desempenho das exportações (+29,5% em valor e +141,9% em volume, face ao período homólogo) e importações (+0,5% em valor e -0,4% em volume, face ao período homólogo). Foi verificado melhoria nos dados de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais, de acordo com os dados da Agência de Aviação Civil (AAC), durante o terceiro trimestre de 2021, gerando efeitos positivos na atividade económica. Contudo, ainda mantém em níveis inferiores ao período pré pandemia.

As Finanças Públicas continuam se deteriorando neste contexto pandémico, tendo o défice situado, provisoriamente, em 7,4% do PIB projetado no 3º trimestre de 2021 (-4,7% do PIB no período homólogo). Este resultado refletiu o desempenho das receitas totais (-6,0%), despesas totais (+2,6%) e dos ativos não-financeiros (+124,9%). O stock da dívida pública em percentagem do PIB, excluindo os TCMF, dada a redução contínua das receitas, do aumento das despesas e, do consequente aumento das necessidades de financiamento, acelerou provisoriamente para 153,0%. Do total, o stock da dívida interna corresponde cerca de 46,7% do PIB e a dívida externa 106,4%.

No setor monetário, os dados do Banco de Cabo Verde, mostram que a oferta monetária cresceu 0,5%, devido essencialmente ao aumento dos ativos internos líquidos (+7,7%). As reservas internacionais líquidas esterilizaram 18,6%, porém garantindo 6,6 meses de importação. O crédito à economia, por sua vez, cresceu 8,4 %, tendo particularmente o crédito ao setor privado crescido 8,7%, devido à dinâmica da linha de crédito Covid-19, bem como dos efeitos das moratórias.

I. Contexto Externo

A recuperação económica global permanece volátil devido às recentes interrupções na cadeia de suprimentos (“choque na oferta”). O ritmo de crescimento continuou acelerado no último mês de acordo com o índice JP Morgan Global Composite, com o aumento de novas encomendas e novos negócios, ofuscado, porém pelo aumento das pressões inflacionistas.

Entretanto, as assimetrias entre as economias e as perspetivas incertas para o curto prazo, levaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) a revisar para baixo as projeções de crescimento para a economia mundial em 2021 (+5,9%) e em 2022 (4,9%), no último Outlook de outubro. Este rebaixamento reflete o crescimento mais baixo nas economias avançadas (+5,2% ante 5,6% nas projeções de julho), nomeadamente as economias dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, com crescimento de 6,0% e 6,8%, respetivamente. Contrariamente, na Zona do Euro a previsão foi revista em alta (+5,0%, ante 4,6% em julho).

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, as perspetivas de uma forte retoma da atividade económica levaram a revisão para cima em 2021 (+6,4%), destacando essencialmente as economias exportadoras de *commodities*, China (+8,0%) e Índia (+9,5%). Para a região da África Subsaariana espera-se um crescimento de 3,7% em 2021, espelhando um forte crescimento das duas maiores economias da região, Nigéria (2,6%) e África do Sul (5,0%).

Tabela Nº 1 – Evolução do Crescimento Económico Mundial

	2020	2021 P	2022 P	2021 P	2022 P
				Dif. Face a jul. 2021 (p.p.)	
Economia Mundial	-3.1	5.9	4.9	-0.1	0.0
Economias Avançadas	-4.5	5.2	4.5	-0.4	0.1
Zona Euro	-6.3	5.0	4.3	0.4	0.0
EUA	-3.4	6.0	5.2	-1.0	0.3
Reino Unido	-9.8	6.8	5.0	-0.2	0.2
Japão	-4.6	2.4	3.2	-0.4	0.2
Economias Emerg. e em Desenv.	-2.1	6.4	5.1	0.1	-0.1
China	2.3	8.0	5.6	-0.1	-0.1
África Subsaariana	-1.7	3.7	3.8	0.3	-0.3

Fonte: FMI (WEO, outubro de 2021).

A nível do 3º trimestre, a economia mundial continuou o seu percurso de recuperação, porém num ritmo mais lento do que registado nos primeiros seis meses do ano. As tendências de crescimento continuam desiguais entre as economias, com gaps na produção e/ou emprego, ante a ressurgências de novas variantes do vírus (variante Delta). No período avaliado, a produção diminuiu cerca 2,7 pontos em relação ao trimestre anterior (+1,9 pontos em relação ao trimestre homólogo), com queda significativa nas novas encomendas (-3,0 pontos) e no emprego (-1,2 pontos).

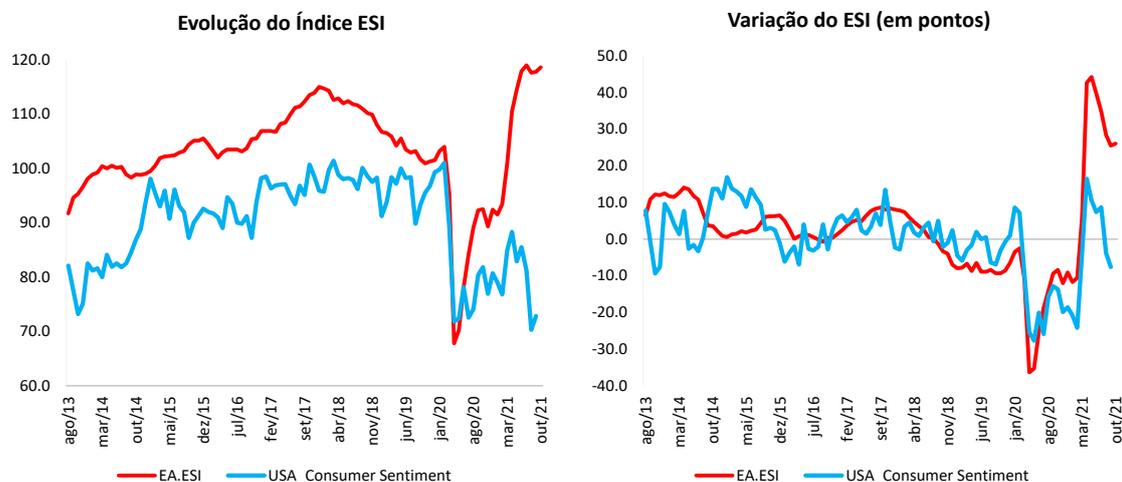
Na Zona Euro a economia cresceu 3,7% no 3º trimestre (+7,8 p.p. face ao período homólogo), espelhando a redução do número de casos de covid-19 e a reabertura dos mercados. O crescimento advém da recuperação das principais economias do bloco, França (+3,3%), Espanha (+2,7%), Alemanha (+2,5%) e Itália (+3,8%).

No período, os dados do mercado de trabalho mostram que a taxa de desemprego na região baixou (7,5% ante 8,6% no período homólogo), espelhando a retoma da atividade económica. A nível dos preços, tem-se que a taxa de inflação se situou nos 2,9% (+2,9 p.p. em relação ao período homólogo) explicada pelos altos custos de energia e escassez no fornecimento.

A política monetária na Zona Euro, permanece acomodaticia, com o conselho do Banco Central Europeu, a decidir manter inalteradas as taxas de juro aplicáveis as operações de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito em 0,00%, 0,25% e -0,50%, respetivamente.

O indicador de sentimento económico na região melhorou 29,6 pontos em relação ao período homólogo, espelhando o ambiente económico vivenciado no período. Este desempenho advém das perspetivas positivas dos empresários dos ramos da construção (+27,7 pontos), dos serviços (+35,0 pontos), do comércio a retalho (+14,8 pontos), da construção (+16,2 pontos) e do consumo das famílias (+9,8 pontos).

Gráfico 1: Evolução do Indicador de Sentimento Económico (EU e EA)



Fonte: Comissão Europeia, outubro de 2021; Fed St. Louis.

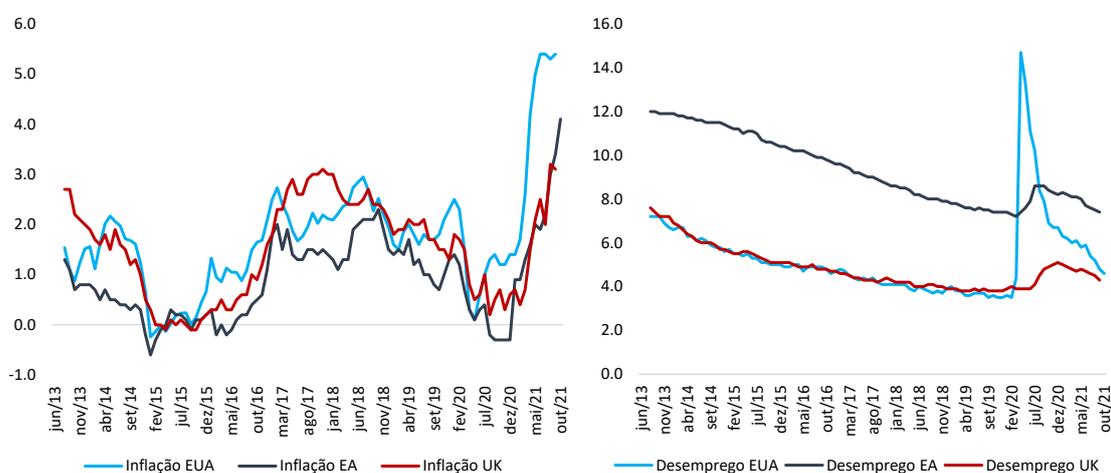
Nota: ESI - The Economic Sentiment Indicator; EU-European Union; EA-Euro Area.

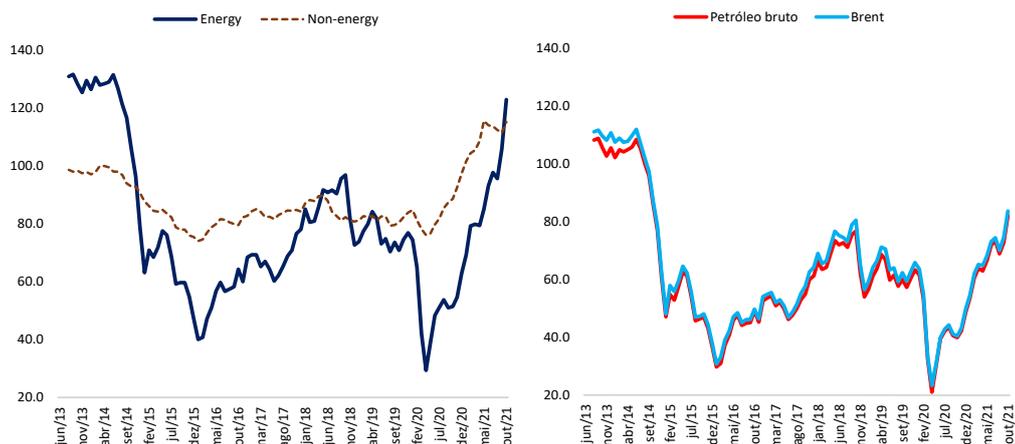
Para o caso da economia dos EUA, o PIB cresceu 4,9% no 3º trimestre (+7,8 p.p. face ao período homólogo), de acordo com os dados do Bureau of Economic Analysis (BEA), tendo desacelerado, 7,3 p.p. face ao trimestre anterior, reflexo do aumento no número de casos de Covid-19, do fim da maioria dos programas de auxílio económico adotados pelo governo na pandemia e da dificuldade em repor estoques que o país enfrenta.

De igual modo, o Reserva Federal (Fed), na sua reunião de 22 de setembro de 2021, manteve a taxa de fundos federais no nível 0,00% a 0,25%, até que as condições do mercado de trabalho alcancem níveis consistentes de emprego e estabilidade de preços no longo prazo. As condições financeiras permanecem acomodáticas, em parte refletindo medidas de política para apoiar a economia e o fluxo de crédito para famílias e empresas dos EUA.

A nível do mercado de trabalho, a taxa de desemprego cifrou-se nos 5,1% (-3,7 p.p. face ao período homólogo), refletindo a dinâmica da reabertura de vários setores de atividade além do fim de medidas de *layoff* adotados no período pandémico. Contrariamente, a inflação aumentou 4,1 p.p. face ao período homólogo, situando-se nos 5,4% no trimestre, alimentada pela recuperação da demanda por bens e por efeitos de preços de produtos energéticos nos mercados internacionais.

Gráfico 2: Evolução da Taxa de Inflação e de Desemprego

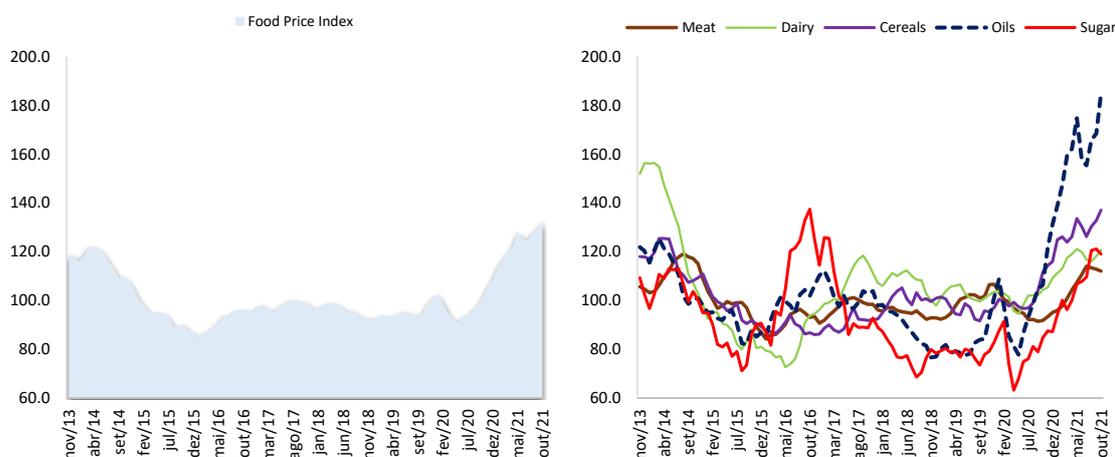




Fonte: World Bank, outubro de 2021.

Nos mercados das *commodities*, os dados do Banco Mundial apontam para um aumento considerável, tanto nos energéticos como nos não energéticos. Nos produtos energéticos, o preço aumentou 91,9% no período, tendo a cotação média do Brent situado nos USD 73,0 por barril, ante USD 42,7 por barril no trimestre homólogo.

Gráfico 4: Evolução do Índice de Preços de Produtos Alimentares



Fonte: FAO, outubro de 2021.

Os produtos não energéticos aumentaram 32,6%, face ao período homólogo, tendo os preços de produtos agrícolas, fertilizantes e Metais/Minerais aumentado 24,6%, 73,9% e 45,5%, respetivamente. Neste grupo, vale ressaltar o aumento dos preços dos produtos alimentares (+32,6%), tendo o óleo vegetal (+65,2%), o açúcar (+48,8%), os cereais (+29,5%), os produtos lácteos (14,6 %) e a carne (+23,4%) aumentado consideravelmente.

II. Conjuntura Económica Nacional

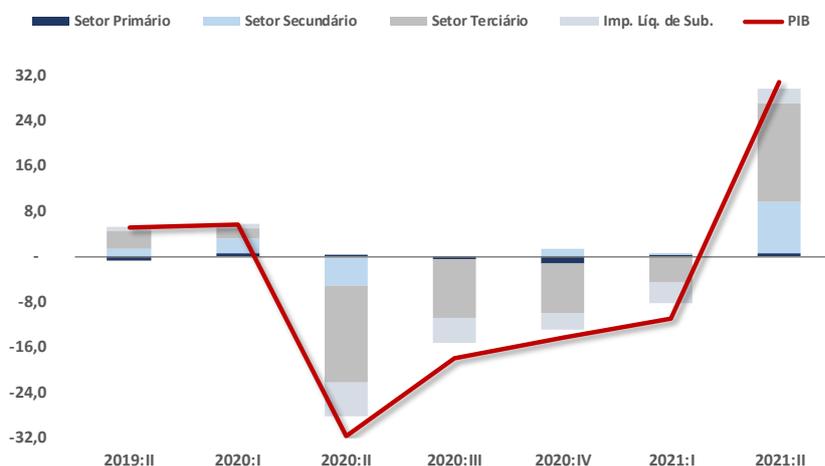
II.1. Setor Real

A nível nacional, a atividade económica apresenta sinais de recuperação, tendo o PIB no 2º Trimestre crescido 30,8%, face ao mesmo período de 2020, segundo os dados do INE, refletindo de um lado, o efeito base e, de outro, a eficácia das medidas de mitigação dos efeitos socioeconómicos da epidemia, conjugado com o desempenho favorável do plano de vacinação. Contudo, ainda o nível de atividade económica, situa-se abaixo dos valores registados no período pré-crise (contraiu 10,8% face ao 2º trimestre de 2019).

O setor terciário, sendo o mais afetado durante a pandemia, cresceu 27,4% no período (contributo de +17,36 p.p., para o crescimento), devido aos desempenhos positivos dos ramos do Alojamento e Restauração (+176,9%), dos Transportes (+142,1%), do Comércio (+40,4%), da Imobiliária e outros serviços (+26,8%), dos Serviços Financeiros (+15,6%) e da Administração Pública (+15,0%).

O setor secundário, cresceu 46,1% (contributo de 9,0 p.p., para o crescimento) face ao período homólogo de 2020. Este resultado deve-se ao desempenho positivo dos subsectores da Construção (+67,3%), das Indústrias Transformadoras (+40,6%) e da Eletricidade e Água (+7,4%), refletindo a materialização de importantes investimentos e o desconfinamento da economia.

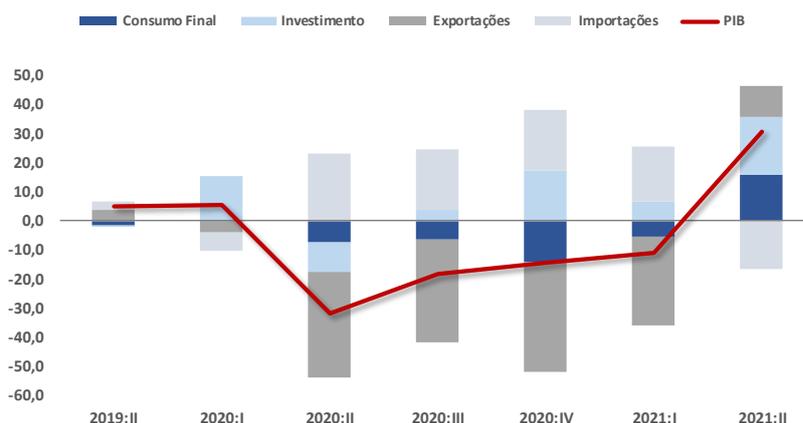
Gráfico 5: PIB Real na Ótica da Oferta



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

O setor primário cresceu 5,8% (contributo de 0,5 p.p., para o crescimento), derivado da performance verificada nos subsectores da Agricultura (+2,9%), da Pesca (+25,2%) e das Indústrias Extrativas (+63,7%), este último puxado pela dinâmica do ramo da construção civil. Os Impostos Líquidos de Subsídios aumentaram 23,2% (contributo de 2,7 p.p.) no período, refletindo sobretudo o efeito base.

Gráfico 6: PIB Real na Ótica da Demanda



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

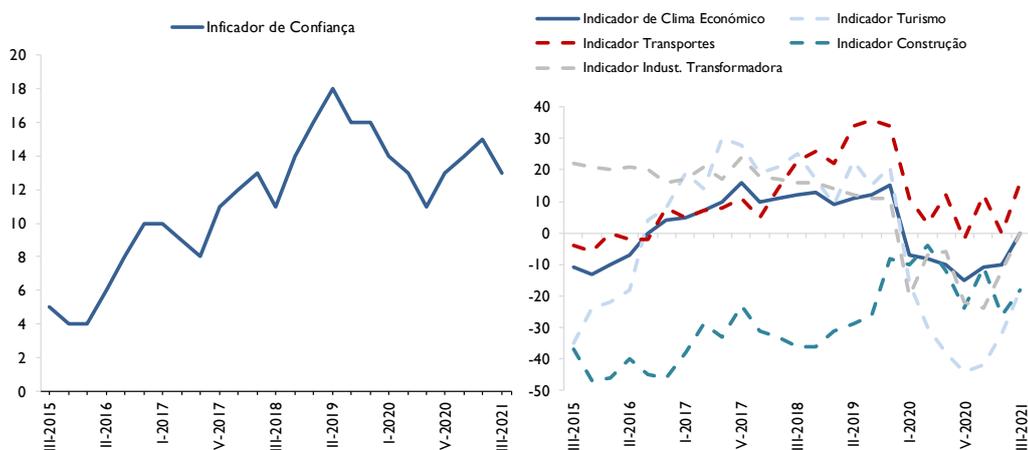
Na ótica da demanda, esse resultado deriva do desempenho positivo dos investimentos, das exportações, e das despesas de consumo final. Os investimentos continuaram com a trajetória de crescimento (+47,9%), refletindo o efeito base e a maturação de projetos privados, especialmente dos investimentos externos. As exportações aumentaram 69,3% (contributo de 10,7 p.p., para o crescimento) face ao período homólogo, devido ao aumento das exportações de bens (133,8%) e serviços (48,0%), refletindo para além do efeito base, a retoma de alguma normalidade nos países importadores dos nossos produtos do mar (+42,9%) e vestuário (+82,5%) e da diminuição das restrições de viagens, com a adoção dos planos de vacinação externo e interno, favorecendo as viagens de turismo (+17,7%), dos serviços de transporte aéreo (+641,6%).

As despesas de consumo final cresceram 15,4% (contributo de 16,1 p.p., para o crescimento), resultante, de um lado, dos programas implementados pelo Governo para mitigar os efeitos pandemia no rendimento das famílias e das empresas e, de outro, da retoma do consumo privado (+10,7%). Já as importações de bens e serviços cresceram 27,0% no período (contributo de -16,5 p.p., para o crescimento), nomeadamente dos bens de consumo (+5,4%), dos bens intermédios (+31,1%), dos bens de capital (+75,1) e dos combustíveis (+53,6%).

Para o 3º trimestre, os indicadores de conjuntura apontam para a contínua tendência de recuperação da atividade económica. O ritmo de crescimento económico acelerou no período, com o indicador a apresentar o valor mais alto dos últimos seis trimestres consecutivos, revelando que o clima de negócios é favorável. O diagnóstico conjuntural é elaborado levando em consideração as apreciações positivas transmitidas pelos empresários do comércio em estabelecimentos, do turismo e do comércio em feira, setores esses que mantiveram a tendência ascendente.

Por outro lado, os ramos da indústria transformadora mantiveram a tendência descendente verificada no trimestre anterior. Enquanto que, os empresários dos ramos dos transportes e serviços auxiliares e da construção inverteram a tendência descendente do último trimestre. A insuficiência da procura, a falta de materiais, o excesso de burocracia, a rutura de stock, as dificuldades financeiras e os fatores derivados do contexto da pandemia da COVID-19, foram os principais fatores que limitaram a atividade desses setores.

Gráfico 7 – Indicador de Clima Económico e Indicador de Confiança no Consumidor (VE-MM3)



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

O indicador de confiança no consumidor inverteu a tendência ascendente dos últimos trimestres, realçando a diminuição da confiança nas famílias cabo-verdianas. Entretanto, o indicador evoluiu positivamente face ao trimestre homólogo. Este resultado justifica-se basicamente pela apreciação das famílias sobre a sua situação económica atual e a evolução do desemprego nos últimos 12 meses. Na perceção das famílias inquiridas, tanto os preços dos bens e serviços como o desemprego no país diminuíram, face ao período homólogo. Quando questionados sobre o item poupança, a maior parte (86,2%) considera que a atual situação económica do país ainda não permite poupar dinheiro. No trimestre homólogo, esse percentual foi de 77,4%, portanto representando um decréscimo de 8,8p.p.

Quanto a perspetiva futura, para os próximos 12 meses, tanto a situação financeira como a situação económica do país deverão evoluir negativamente face ao trimestre homólogo. Perspetivam que o desemprego deverá diminuir face ao trimestre homólogo, enquanto que os preços irão estabilizar. Quando questionados se tencionam comprar um carro nos próximos 2 anos, a maioria (78,9%) afirmam não ter certeza absoluta (contra 90,4% registado no período homólogo). Relativamente a intenção de comprar ou construir uma casa nos próximos 2 anos, a maioria dos inquiridos (60,7%) são de opinião de que não pretendem comprar nem construir uma casa (contra 74,4% registado no período homólogo).

Tabela 2 – Movimentação de Passageiros

	2021 T3	2020 T3	Var. (Valor)	Var. (%)
Doméstico	91.653	36.550	55.103	150,8
Internacional	152.968	15.609	137.359	880,0
Total	244.621	52.159	192.462	369,0

Fonte: Agência de Aviação Civil.

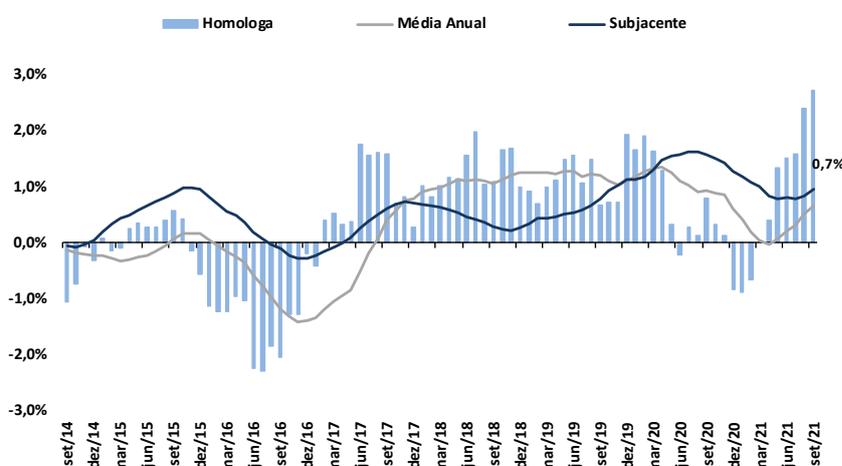
O desempenho do setor de transportes aéreos no 3º trimestre de 2021 reflete, ainda, o efeito base, resultante do *lockdown*, como medida para conter a propagação interna do vírus do SARS-Cov2, que sucedeu à oclusão das fronteiras nacionais e internacionais no trimestre homólogo de 2020. Consoante os

dados dos Aeroportos e Segurança Aérea (ASA), no período, transitaram-se nos aeroportos de Cabo Verde cerca de 244,6 mil passageiros, representando um incremento de 369,0%, face ao período homólogo.

O transporte doméstico de passageiros cresceu 150,8% no período (91,6 mil passageiros ante 36,6 mil em 2020), enquanto o transporte internacional aumentou 880% (152,97 mil ante 15,6 mil em 2020), derivado do afrouxamento das restrições e retoma do gradual dos voos internacionais, especialmente os países transmissores de turistas. Pese embora esse expressivo aumento face ao período homólogo, importa ressaltar que encontram em níveis bastante inferiores ao período pré-crise (cerca 610,4 mil passageiros transportados no 2º trimestre de 2019).

Relativamente à dinâmica dos preços internos, tem-se que as pressões inflacionistas começam a crescer no 3º trimestre de 2021. Conforme os dados publicados pela INE, a inflação média anual foi de 0,7 (0,2% no trimestre anterior), derivado sobretudo do comportamento dos preços internacionais dos bens energéticos. As classes de bens e serviços que contribuíram positivamente para essa trajetória são: Bens alimentares e bebidas não alcoólicas (+2,7 p.p.), Bebidas alcoólicas e tabaco (+5,5 p.p.), Vestuário e calçado (+6,0 p.p.), Bens energéticos (+1,7 p.p.), Acessórios e equipamentos domésticos e manutenção da habitação (+4,6 p.p.), Transportes (+8,4 p.p.).

Gráfico 8: Evolução das Taxas de Inflação



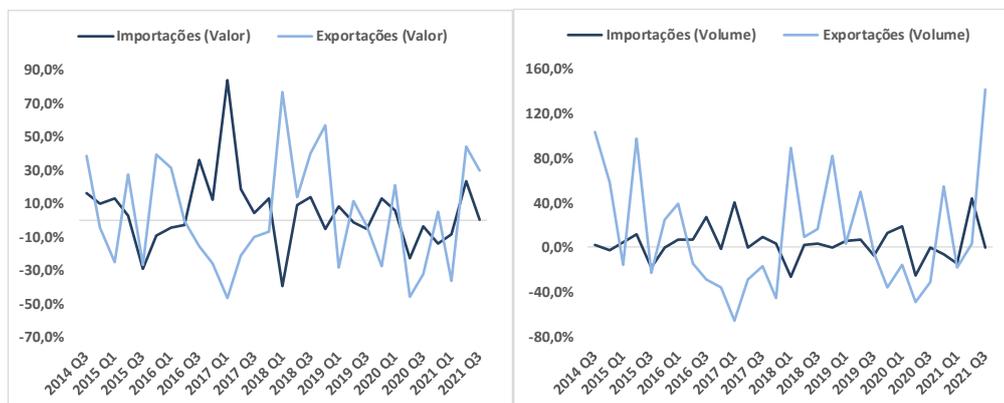
Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas.

Inversamente, as reduções de preços foram observadas nas classes da saúde (-0,6 p.p.), do ensino (-1,5 p.p.) e dos bens e serviços diversos (-1,3 p.p.). A inflação homóloga situou-se em 2,7%, aumentando 0,3p.p. face ao trimestre anterior (+1,9 p.p. face ao trimestre homólogo). A inflação subjacente (*core inflation*) situou-se em 0,7%, sinalizando para alguma pressão da demanda nos preços.

II.2. Setor Externo

No que se refere ao setor externo, os dados da Direção Geral das Alfândegas (DGA) mostram que, no 3º trimestre de 2021, a balança comercial de bens deteriorou-se 1,5%. As exportações de bens voltaram a crescer, sendo 29,5% em valor e 141,9% em volume, face ao período homólogo, refletindo o efeito base, nomeadamente nas exportações dos produtos do mar (40,9% em valor e -11,7% em volume).

Gráfico 9 – Evolução do Comércio Externo



Fonte: Direção Geral das Alfândegas, cálculos SPAME/DNP.

As importações de bens aumentaram 0,5% em valor e diminuíram 0,4% em volume, derivado das performances apresentadas pelas categorias de bens de consumo (+16,3% e +4,0% em valor e volume, respetivamente), dos bens intermédios (-15,9% e -4,0% em valor e volume, respetivamente) e dos combustíveis (+43,8% e +2,0 em valor e volume, respetivamente). As importações de bens de capital diminuíram -13,9% e -20,2% em valor e volume, respetivamente, contrariando a tendência de crescimento dos últimos trimestres, sinalizando uma retração na dinâmica dos investimentos privados, podendo afetar, particularmente, o desempenho do setor da construção civil.

Gráfico 10 – Evolução da Taxa de Câmbio Efetiva Real



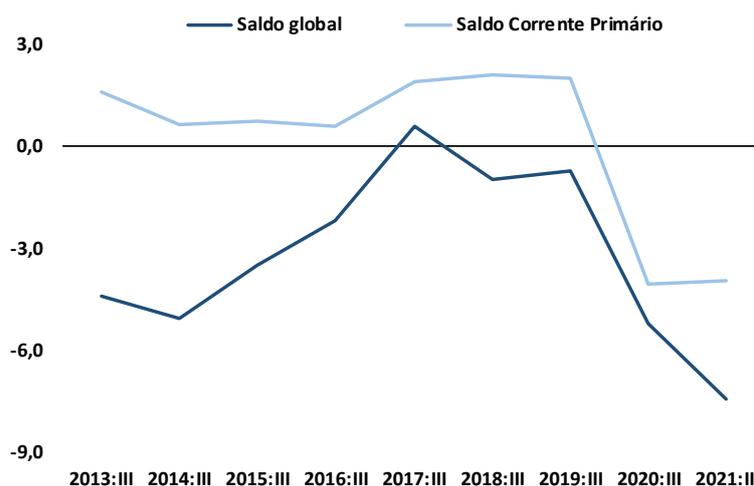
Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os dados relativos ao mercado cambial apresentados pelo Banco de Cabo Verde (BCV) mostram que, em setembro, a taxa de câmbio efetiva real depreciou 1,9%, face ao período homólogo. No mesmo período, o Dólar custava em média 93,60 Escudos (93,43 Escudos em setembro de 2020).

II.3. Finanças Públicas

Quanto às Finanças Públicas, a crise pandêmica continua deteriorando a posição fiscal do país, apesar da recuperação gradual da economia, tendo o défice situado, provisoriamente, em 7,4% do PIB projetado no 3º trimestre de 2021 (-4,7% do PIB no período homólogo). O saldo corrente primário atingiu o montante de -6.976,6 milhões de CVE, equivalendo a um défice de 3,9% do PIB (-6.687,0 milhões de CVE no período homólogo). Este resultado refletiu o desempenho das receitas totais (-6,0%), das despesas totais (+2,6%) e dos ativos não-financeiros (+124,9%).

Gráfico 11: Evolução do Saldo Global



Fonte: Ministério das Finanças.

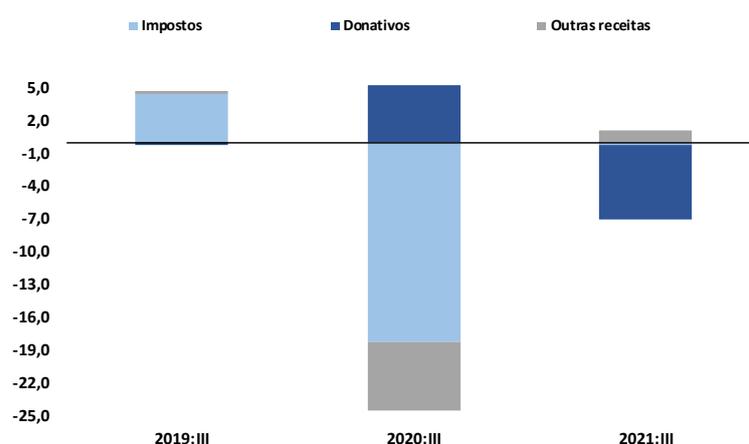
A performance das receitas totais resulta dos decréscimos ocorridas nos impostos (-0,3%) e nos donativos (-64,5%), conjugado com o aumento das outras receitas (+9,8%) e das receitas com segurança social (+16,4%), face ao período homólogo. A redução das receitas fiscais no período, deve-se às performances negativas dos impostos sobre bens e serviços (-0,5%), dos impostos sobre o rendimento (-10,5%), apesar da variação positiva dos impostos sobre transações internacionais (+15,8%) e, de outros impostos (+8,4%). Este resultado reflete:

- Imposto sobre o Rendimento: a redução de 4,8% no IR-PS, associado ao impacto das medidas de mitigação da crise no rendimento das famílias e na tesouraria das empresas, atrasando assim os pagamentos em prestações, como também a redução de 19,3% no IR-PC e de 19,1% no TEU, como consequência da redução da atividade económica e o seu impacto nos contribuintes;

- Imposto sobre bens e serviços: o IVA-DGA aumentou 19,2%, enquanto que o IVA-DGCI diminuiu 22,1%, face ao período homólogo, dada ao forte impacto da pandemia no setor do turismo e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a redução da alíquota do IVA no setor para 10%;
- Imposto sobre transações internacionais: o aumento de 15,8% no período, derivado do aumento das importações, nomeadamente dos bens de consumo;
- Imposto sobre o consumo especial: registou uma variação positiva de 10,8%, refletindo o aumento das importações, particularmente de bebidas alcoólicas e tabaco.
- Taxa ecológica: registou um aumento de 15,2% no período, totalizando 63,3 milhões de CVE.
- Outros impostos: verificando um aumento de 8,4% no período, devido ao acréscimo na arrecadação do imposto de selo (8,8%), fruto de uma atividade bancária mais favorável, conjugado com um decréscimo registado na arrecadação do imposto especial sobre jogos (-0,8%), uma vez que esta receita provém, essencialmente, da atividade turística das ilhas do Sal e Boavista, atividade essa que tem sofrido fortes impacto da crise pandémica.

A rúbrica Transferências (donativos) registou um decréscimo de 64,5%, comparativamente ao período homólogo de 2020, justificada pelo efeito de base (em 2020 houve uma entrada extraordinária de donativos para suportar as medidas de covid-19), assim como atraso no desembolso, até o 3º trimestre, da ajuda orçamental donativo. As outras receitas cresceram 9,8%, derivado dos aumentos registados nas rúbricas venda de bens e serviços (+11,5%) e rendimentos de propriedade (+135,9%), conjugado com os decréscimos registados nas multas e outras penalidades (-19,5%), nas outras receitas diversas e não especificadas (-67,1%) e nas outras transferências (-15,3%).

Gráfico 12: Contribuição para o Crescimento da Receita Total



Fonte: Ministério das Finanças.

As despesas totais agravaram 2,6%, face ao período homólogo, justificado sobretudo, pela continuidade de medidas visando aumentar a capacidade de resposta no combate à pandemia, aumentar a vacinação

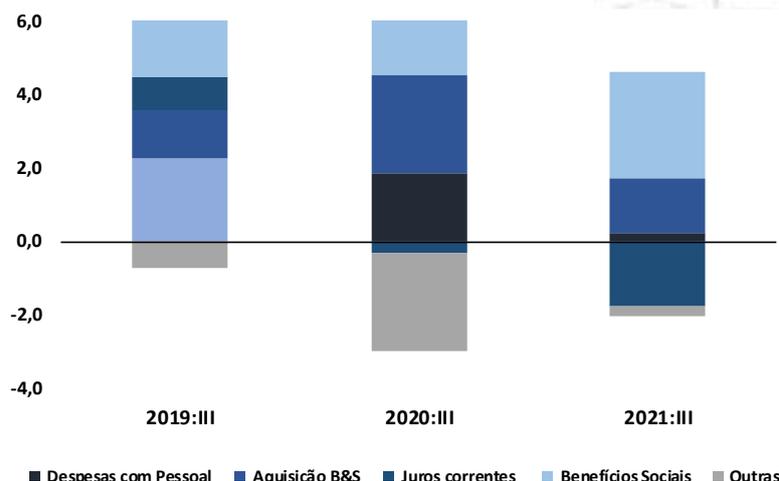
da população, visionando a retoma do turismo internacional, e minimizar os seus efeitos socioeconómicos. As despesas com pessoal registaram um aumento de 0,6% no período, dado ao aumento das despesas com pessoal de quadro e contratado, gratificações eventuais e permanentes, horas extraordinárias, contribuição para a segurança social, como também a regularização atempada das despesas dos órgãos de soberania, nomeadamente da Assembleia Nacional e da Presidência da República, da bancarização das estruturas dos Tribunais, das Comissões de Recenseamento eleitoral e do Cofre Geral de Justiça.

As despesas com aquisição de bens e serviços aumentaram 9,5%, devido às execuções das despesas com medicamentos (+26,1%), no âmbito dos projetos de prevenção e combate ao Covid-19, matérias-primas subsidiárias (+144,3%) no Cofre Geral da Justiça, na aquisição de equipamentos de eleições gerais, no pagamento de honorários (+102,1%), principalmente no âmbito de projetos de gestão das privatizações das SOE's e políticas de emprego, conservação e reparação de bens (+24,3%) do Ministério de Saúde, no transporte (+69,9%), no âmbito do Projeto Recenseamento Geral da População e Habitação 2020, na comunicação (+20,8%), na deslocação e estadia (+8,3%) e em outros serviços (+147,7%). As despesas com juros correntes da dívida interna cresceram 1,3%, derivado do aumento de novas emissões, enquanto as despesas com juros da dívida externa reduziram 49,8%, derivado da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos do Covid-19 nos países vulneráveis, no âmbito de Debt Service Suspension Initiative (DSSI).

As despesas com subsídios aumentaram 85,2%, face ao período homólogo, justificado pelos subsídios transferidos no âmbito do pagamento de indemnização compensatória, através do Fundo Autónomo do Desenvolvimento de Transporte Marítimo, como resultado da baixa taxa de ocupação de passageiros nas viagens inter-ilhas. A redução nas transferências correntes de 12,1%, resulta das diminuições ocorridas nas rubricas Municípios Corrente (-9,9%) e Município Capital (-100,0%), nas Outras Transferência de Capital à Administração Pública (+25,9%), nas Outras Transferências Correntes (-58,0%) e Outras Transferências da Administração Pública de Capital (-25,9%).

As despesas com benefícios sociais agravaram-se 18,7%, devido ao aumento registado nas despesas executadas na rubrica outros benefícios em numerário (+125,7%) no âmbito do projeto Covid-19, na implementação do rendimento social de inclusão, no pagamento de estágios profissionais, no projeto de inclusão social, na inserção e formação para a empregabilidade, no projeto de apoio integrado à família e do impacto da evolução expectável dos aposentados do Regime de Administração Pública e outros benefícios sociais fixados por lei. As outras despesas reduziram 4,5%, face ao período homólogo, derivado da diminuição da necessidade de pagamento das restituições do IVA em 100,0%, da restituição do IUR (-99,8%), do pagamento Id Outras de Capital (-56,8%) e partidos políticos (-25,9%), apesar das variações positiva na rubrica outras despesas residuais (+45,5%), bolsas de estudo e outros benefícios educacionais (+10,6%), ID Outras Correntes (+163,0%), indemnização (+329,8%).

Gráfico 13: Contribuição para o Crescimento da Despesa



Fonte: Ministério das Finanças.

No acumulado do 3º trimestre de 2021, os ativos não financeiros líquidos registaram um acréscimo de 124,9%, atingindo o montante de 3.139,0 milhões de CVE (1.395,5 milhões de CVE no período homólogo), resultante, maioritariamente, da compra de ativos não financeiros do programa de investimento de 3.679,6 milhões de CVE. O montante executado decorre, fundamentalmente, dos projetos com maior execução, destacando o “Promoção Habitacional”, o “Funcionamento – Hospital Central Agostinho Neto” o “Redução de Perdas em Eletricidade e Melhoria da Qualidade de Energia”, a “Ampliação do Centro de Saúde de Boa Vista”, as “Reabilitação de Estradas”, a “Direção Nacional de Polícia Nacional” e a “Construção e Reabilitação de Infraestruturas Desportivas”.

A nível das despesas por funções do Estado, no 3º Trimestre de 2021, constata-se que, as que mais contribuíram para o crescimento das despesas são as da “Saúde”, da “Proteção Social” da “Educação” e “Assuntos Económicos”, despesas essas relevantes no combate à pandemia do Covid-19 e para a recuperação da atividade económica.

Tabela 3 – Evolução das Despesas por Funções do Estado

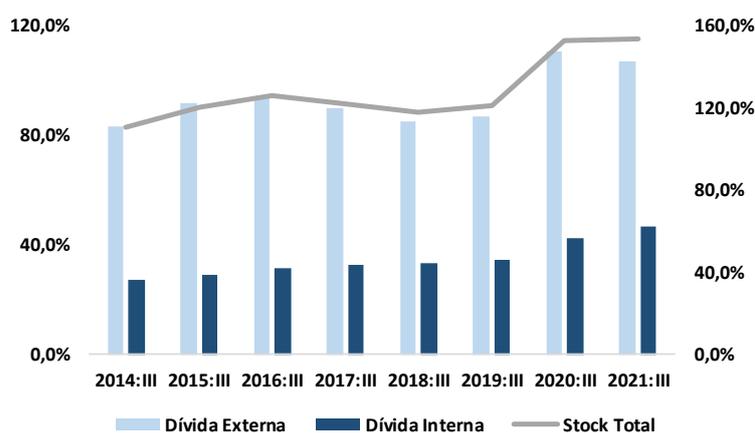
	Em Milhões de CVE				Taxa de Crescimento			Contrib. Crescimento		
	2018:III	2019:III	2020:III	2021:III	2019:III	2020:III	2021:III	2019:III	2020:III	2021:III
Serviços Públicos Gerais	11.286	11.252	10.574	10.467	-0,3	-6,0	-1,0	-0,1	-1,7	-0,3
Defesa	628	662	706	747	5,5	6,7	5,8	0,1	0,1	0,1
Segurança e ordem pública	2.959	3.352	4.166	3.589	13,3	24,3	-13,9	1,0	2,1	-1,5
Assuntos económicos	3.525	3.500	3.756	4.101	-0,7	7,3	9,2	-0,1	0,7	0,9
Proteção ambiental	465	562	613	320	20,8	9,2	-47,8	0,3	0,1	-0,7
Habituação e desenvolvimento urbanístico	327	980	151	135	200,2	-84,6	-11,1	1,7	-2,1	0,0
Saúde	3.554	3.817	4.702	5.077	7,4	23,2	8,0	0,7	2,3	1,0
Serviços culturais recreativos e religiosos	410	517	392	451	25,9	-24,2	15,2	0,3	-0,3	0,2
Educação	6.725	7.145	7.166	7.678	6,3	0,3	7,1	1,1	0,1	1,3
Proteção social	6.875	6.084	6.608	9.305	-11,5	8,6	40,8	-2,1	1,3	6,9
Por regularizar	1.253	1.374	330	470	9,7	-75,9	42,1	0,3	-2,7	0,4
Total	38.007	39.245	39.166	42.339	3,3	-0,2	8,1	3,3	-0,2	8,1

Fonte: Ministério das Finanças.

O financiamento do défice totalizou o montante de 12.236,3 milhões de CVE, resultante, de um lado, da performance do ativo financeiro (1.919,2 milhões de CVE), resultante de investimentos realizados em “Ações e Outras participações” e da concessão de empréstimos, e de outro, do passivo financeiro (10.317,1 milhões de CVE), resultante da componente interna (8.853,7 milhões de CVE) e da componente externa (1.463,4 milhões de CVE), resultado da conjugação dos desembolsos no valor de 4.351,5 milhões de CVE e das amortizações da dívida externa programadas em 2.888,1 milhões de CVE.

No que tange ao stock da dívida pública, excluindo os TCMF, dada a contínua redução das receitas, do aumento das despesas e, do conseqüente aumento das necessidades de financiamento, tem-se que no 3º trimestre, o rácio stock da dívida pública/PIB acelerou provisoriamente para 153,0% (153,3% no período homólogo de 2020). Analisando a estrutura da dívida, constata-se que o stock da dívida interna atingiu 82.559,1 milhões de CVE (46,7% do PIB) e o stock da dívida externa em 188.198,6 milhões de CVE (106,4%).

Gráfico 14: Evolução da Dívida Pública



Fonte: Ministério das Finanças.

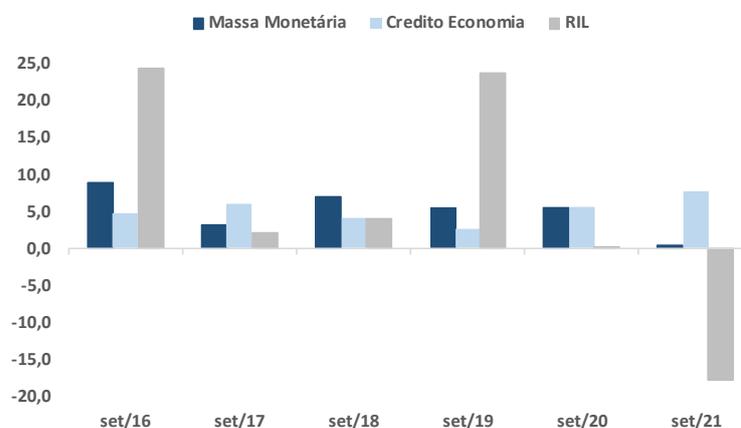
O serviço da dívida pública no período registou uma diminuição de 7,9%, atingindo o montante de 12.201,5 milhões de CVE, sendo 9.135,3 milhões de CVE relativo a amortização de capital e 3.066,2 milhões de CVE para aos juros. No geral, esse resultado é proveniente do serviço da dívida externa, que diminuiu 25,0% em relação ao mesmo período do ano transato, representando o efeito da moratória de serviço da dívida externa concedida pelos nossos credores bilaterais e comerciais.

II.4. Setor Monetário

No que tange ao setor monetário, os dados do Banco Central (BCV) disponíveis em setembro de 2021, apontam para um agravamento da posição externa do país, devido ao impacto da pandemia no Balança

de Pagamentos, particularmente na redução dos ativos externos. A oferta monetária apresentou um crescimento irrisório de 0,5%, devido, essencialmente, ao aumento dos ativos internos líquidos (+7,7%).

Gráfico15: Evolução dos Indicadores Monetários e Financeiros



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Dado os efeitos negativos da pandemia, as reservas internacionais líquidas reduziram 18,6%, face ao período homólogo, no entanto garantindo 6,6 meses de importação. O crédito à economia cresceu 8,4%, tendo particularmente o crédito ao setor privado crescido 8,7%, justificadas pela dinâmica da linha crédito Covid-19, bem como pelos efeitos das moratórias.

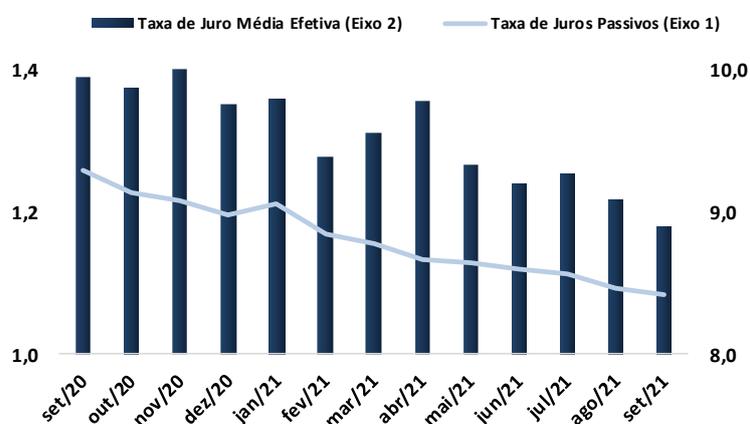
Quanto a expansão da oferta monetária, este foi explicada pela redução dos passivos monetários em 2,9%, sobretudo dos depósitos a ordem em moeda nacional (-3,9%), apesar do aumento da moeda em circulação (+5,0%). Do lado dos passivos quase-monetários (+3,3%), registou-se aumentos nos depósitos de poupança (+10,2%), nos depósitos a prazo em moeda nacional (+8,2%) e nos depósitos de emigrantes (+1,4%). Por outro lado, os decréscimos foram registados principalmente nos depósitos em divisas de residentes (-10,3%) e nos acordos de recompra de títulos (-29,8%).

No que se refere ao mercado de crédito, no período em análise os bancos reduziram ligeiramente a restritividade dos critérios de aprovação de empréstimos tanto às empresas como para particulares. As ofertas por empréstimos para as empresas tornaram-se ligeiramente menos restritivos nos critérios de aprovação (tanto para empréstimos de curto e longo prazo), sendo que menores riscos estão associados à dimensão das empresas (micro e pequenas empresas), e para os particulares. Adicionalmente, os critérios de aprovação de empréstimos tornaram-se ligeiramente menos restritivos, particularmente para o crédito ao consumo e para outros empréstimos, tendo os empréstimos para aquisição de habitação tornado ligeiramente mais restritivos.

Quanto a procura por empréstimo, houve uma ligeira diminuição por parte das empresas, no entanto por parte dos particulares a procura por financiamento aumentou ligeiramente, em particular, a procura por

empréstimo para a aquisição de habitação e consumo, refletindo, a melhoria nos acordos com os bancos, melhores perspetivas para o mercado de habitação e o aumento da confiança dos consumidores.

Gráfico 16: Evolução das Taxas de Juros Ativas e Passivas



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em setembro de 2021 a taxa de juro média efetiva aplicada nos empréstimos bancários situou-se em 8,9%, valor inferior em 1,0 p.p., face ao registado no período homólogo. Já as taxas de juros passivos aplicados nos depósitos a prazo situaram-se em 1,1%, reduzindo 0,2 p.p., face ao registado no mesmo período homólogo.